



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Conselho Superior

ATA Nº 1/2021/CONSUP/IFTO, DE 21 DE JANEIRO DE 2021

1 Ata da primeira reunião extraordinária de dois mil e vinte e um do Conselho
2 Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO.
3 No dia vinte e um de janeiro de dois mil e vinte e um, às nove horas, por
4 videoconferência, reuniu-se, sob a presidência do reitor Antonio da Luz Júnior
5 presidente do Conselho Superior do IFTO, composto pelo reitor, como presidente;
6 pela representação de um terço do número de *campi* destinada aos servidores
7 docentes, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco representantes, e igual
8 número de suplentes; pela representação de um terço do número
9 de *campi* destinada ao corpo discente, e igual número de suplentes; pela
10 representação de um terço do número de *campi* destinada aos servidores técnico-
11 administrativos, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco representantes e igual
12 número de suplentes; por dois representantes dos egressos e igual número de
13 suplentes; por seis representantes da sociedade civil e igual número de suplentes;
14 por dois representantes do setor público e/ou empresas estatais designados pela
15 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; por um representante e um
16 suplente do Ministério da Educação, designados pela Secretaria de Educação
17 Profissional e Tecnológica; e pela representação de um terço dos diretores-gerais
18 dos *campi*, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco e igual número de
19 suplentes. Foi registrada a presença dos representantes do Colégio de Dirigentes:
20 Nayara Dias Pajeú Nascimento, primeira titular; Cristiano Fernandes Mateus,
21 segundo titular; Pietro Lopes Rêgo, terceiro titular; Mírian Peixoto Soares da Silva,
22 quarta titular; dos representantes dos servidores docentes: Klaus Rene Trein Laino,
23 primeiro titular; Jonierson de Araújo da Cruz, segundo titular; Stânio de Sousa Vieira,
24 terceiro titular; Thiago de Loiola Araújo e Silva, quarto titular; dos representantes
25 dos servidores técnico-administrativos: Francisco de Assis Feitosa Amaral, primeiro
26 titular; Fabrício Barbosa da Costa, segundo titular; Benemara Pereira da Silva
27 Peluzio, terceira titular; Lucas Ramos Vieira, quarto titular; dos representantes dos
28 discentes: Josevan Barbosa de Souza, primeiro titular; Luis Felipe Cruz Leite, segundo
29 titular; Jefferson Soares de Sousa, terceiro titular; Cleiber Oliveira Pereira, quarto
30 titular; Erika Rebeca Pereira Oliveira, primeira suplente; dos representantes dos
31 egressos: Miquéias Alves da Rocha César, primeiro titular; Boanergis Alves Ferreira
32 Filho, segundo titular; do representante do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde
33 no Estado do Tocantins – SINTRAS, Emmanuel da Silva Bronze; do representante do
34 Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Estado do Tocantins – SINDUSCON-
35 TO, Clerson Dalvani Reis, titular; da representante da Federação dos Trabalhadores
36 Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins – FETAET, Gil
37 Eanes Maciel de Sousa, suplente; e da representante da Secretaria do Conselho
38 Superior, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa. A presidente agradeceu a presença de
39 todos, conferiu o quórum e declarou aberta a sessão. Identificou os conselheiros

40 que estavam na posição de suplente hoje mas com direito a voto em função da
41 ausência dos titulares – Gil Eanes e Érica Rebeca. Ressaltou a extensão da pauta
42 composta, em sua maioria, por pontos relacionados às deliberações dos calendários
43 acadêmicos. Explicou que tais deliberações estavam no Consup em função do
44 momento de excepcionalidade, conforme prevê o Regulamento. Na sequência,
45 procedeu-se à deliberação do ponto um, a saber: deliberação acerca da aprovação
46 da Ata nº 9/2020/CONSUP/IFTO, referente à quarta Reunião Ordinária de 2020 do
47 Conselho Superior do Instituto Federal do Tocantins (1152040). Após apresentação,
48 o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por 13 votos favoráveis e
49 2 abstenções. A presidente, em função da quantidade de pontos da pauta, informou
50 que deixaria o ponto dois – informes gerais, para o final da reunião. Na sequência,
51 procedeu-se à deliberação do ponto três, a saber: deliberação acerca da aprovação
52 do Calendário de Reuniões Ordinárias de 2021 do Conselho Superior do Instituto
53 Federal do Tocantins, a saber: 4 de fevereiro, 6 de maio, 5 de agosto e 4 de
54 novembro de 2021. Lembrou que a definição ou sugestão das datas levava em
55 consideração a alteração da legislação proposta pelo governo no ano passado em
56 que determinava que os atos aprovados passassem a ter validade somente após o
57 dia primeiro do mês subsequente, e que, por isso, precisavam ser aprovados até a
58 terceira semana do mês anterior, justificando a necessidade da antecedência das
59 datas das reuniões, evitando ao máximo usar *ad referendum*, como foi recorrente no
60 ano anterior. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido
61 aprovado por 13 votos favoráveis e duas abstenções. Na sequência, procedeu-se
62 à deliberação do ponto quatro, a saber: deliberação acerca da execução das
63 atividades acadêmicas do semestre letivo 2021/1 do Instituto Federal de Educação,
64 Ciência e Tecnologia do Tocantins. A presidente ressaltou que, em função do
65 período de pandemia, no semestre anterior (2020/2), o Conselho havia deliberado a
66 favor das atividades remotas e como, infelizmente, o período permanecia, inclusive
67 com um período de aumento do contágio, a discussão a respeito do semestre
68 2021/1 também foi levada à pauta do Consup. Informou que no dia anterior, na
69 reunião do Comitê de Riscos, o tema também foi colocado em pauta e, por
70 unanimidade dos membros do Comitê, houve o entendimento de que o ambiente
71 não era seguro para o retorno de atividades presenciais (administrativas e
72 acadêmicas) no semestre. Uma sugestão e recomendação do Comitê de Riscos e
73 também endossado pela gestora é que essa deliberação do Conselho Superior
74 fosse mantida para todo o semestre 2021/1, a fim de que houvesse condição de um
75 maior e melhor planejamento por parte de estudantes e servidores. Informou que
76 havia solicitado às Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa, de Extensão e de Assuntos
77 Estudantis que elaborassem um resumo das atividades desenvolvidas no semestre
78 anterior de modo que os conselheiros pudessem ter uma visão geral do que
79 fora desenvolvido no IFTO nesse período de pandemia, podendo assim melhor
80 fundamentar suas decisões a respeito desse tema. A pró-reitora de Ensino, Nayara
81 Pajeú, informou que estavam presentes na reunião dois diretores da Pró-Reitoria de
82 Ensino, Stefan e Daniel Marra, disponíveis também para sanar quaisquer dúvidas
83 sobre a apresentação. Iniciou informando que a apresentação estava dividida em
84 duas partes: a primeira era uma espécie de prestação de contas, uma apresentação
85 densa das principais ações desenvolvidas no ano de 2020 e algumas das principais
86 ações planejadas para serem desenvolvidas em 2021. Iniciou com a apresentação
87 das ações de formação continuada informando que, desde
88 março (início a pandemia), o IFTO promovera atividades de formação. Ao todo, entre
89 março e maio, relatou que foram proporcionados aos servidores quinze webinários,
90 até então com mais de sete mil e quinhentas visualizações; ressaltou que todo o
91 material estava disponível para os profissionais que tivessem interesse. Citou a

oportunidade de propiciar um curso *in company* aos servidores do IFTO com a temática de metodologias ativas aplicadas ao ensino remoto. Disse que o curso já estava no plano de formação continuada da Pró-Reitoria de Ensino, mas com outra temática, e com a pandemia rapidamente replanejaram e possibilitaram a formação aos servidores. Ressaltou que foram disponibilizadas vagas para todos os servidores do IFTO. Disse que o curso foi muito bem avaliado pelos participantes, com setecentos e quarenta inscritos, e investimento total da formação de R\$ 31.714,00 (trinta e um mil setecentos e catorze reais). Citou a participação da Pró-Reitoria de Ensino na realização de dois eventos e a colaboração com a realização 6ª Semana Integrada de Ciência e Tecnologia de Gurupi-TO – SICTEG ON. O evento teve como tema "Inteligência Artificial: A Nova Fronteira da Ciência Brasileira" e foi uma ação alinhada à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT/MCTI. Nayara disse que a integração dessa ação também tinha "um quê" de inovação na área de ensino; embora já fosse a segunda edição do Integra, Nayara ressaltou que foi a primeira vez que aconteceu de forma totalmente digital/*on-line*. Citou ainda as cinco palestras com palestrantes externos em parceria como o Instituto Federal do Rio Grande do Norte, a UnB e a Católica, e citou também a participação de três palestrantes internos que colaboraram na ação. Informou que duas oficinas foram disponibilizadas na programação: oficina de mapas mentais, favorecendo o ensino e a aprendizagem durante o ensino remoto; e a oficina de produção de podcast. Frisou que todas as ações foram discutidas com a comunidade para que tivessem e fizessem sentido aos participantes. Também como ação inovadora, a pró-reitora citou o Projeto "Você em Cena", coordenado pela Diretoria de Gestão Educacional. Dentre outras ações, o projeto oportuniza relatos de experiências exitosas praticadas na Instituição. Apresentou algumas evidências dos momentos em que essas experiências foram compartilhadas através das imagens da maioria das unidades, visto que todas as unidades tiveram oportunidade de participar. Citou algumas participações como a da servidora Sara, do *Campus* Colinas do Tocantins, Kênia, do *Campus* Porto Nacional, Caroline, do *Campus* Gurupi, do professor Jefferson, do *Campus* Paraíso do Tocantins, entre outros. Justificou que sua apresentação tinha o intuito de levar as temáticas abordadas nos momentos de formação, pedindo licença para partilhar alguns dos momentos proporcionados através da apresentação de um vídeo do professor Justino. Salientou que em todo o processo de ensino e de aprendizagem foram abordadas formas de planejar específicas para esse período, apresentados possíveis instrumentos de ensino, aprendizagem e de avaliação específicos para o período e também estratégias de avaliação, inclusive bem colocadas pelo palestrante professor Justino. Nayara citou vários contatos (através de e-mails, ligações telefônicas, reuniões com o Diretório Central dos Estudantes – DCE, DCA e grêmios) e, como exemplo de ação totalmente conectada com as demandas dos estudantes, citou dois cursos apresentados com os temas e data de apresentação escolhidos pelos estudantes. Forneceu os dados atualizados, o total de inscritos nas duas atividades – 537 estudante e total de visualizações 1189 –, e lembrou que o conteúdo também estava disponível no repositório. Citou o planejamento do edital de monitorias no final de março, planejado e executado em tempo recorde. Informou que o edital ofereceu vagas para todas as unidades que manifestaram interesse, a disponibilização de 274 vagas e o preenchimento de 221 vagas. Informou que apenas uma unidade não participou porque tinha ofertado um edital recentemente. Informou ainda que, por conta das alterações dos calendários, o edital fora prorrogado. Citou o investimento em 2021 de cerca de R\$ 214.000,00 (duzentos e catorze mil reais). Ressaltou que, justificada pela ação anterior da comunicação recorrente e efetiva com os estudantes, revisaram o fluxo para favorecer as ações envolvendo o edital de monitoria. O fluxo foi revisado para

144 agilizar o processo de pagamento que anteriormente era burocrático e lento;
145 atualmente é necessário apenas o preenchimento na planilha, ou seja, manifestação
146 a respeito da intenção ou não de continuar como monitor e o cumprimento das
147 atividades, sendo automaticamente encaminhado para pagamento após o
148 preenchimento. Apresentou um vídeo com o *feedback* de uma das alunas monitora.
149 Nayara frisou a importância da ação (monitoria) e o quanto ela é estratégica,
150 principalmente por abordar três grandes temas, como o auxílio financeiro aos
151 estudantes monitores, suporte educacional a todos os estudantes do IFTO e apoio
152 aos professores, especificamente neste período de atividades remotas. Nayara
153 ressaltou que a ação tinha selo de ação inovadora pois, apesar de o edital de
154 monitoria já existir há algum tempo nas unidades, era a primeira vez que a Reitoria
155 lançava o edital para todas as unidades. Salientou a continuidade da ação devido ao
156 seu êxito. Outra ação que Nayara julgou ser importante para conhecimento dos
157 conselheiros foi a realização de pesquisas de satisfação, tanto do ensino remoto
158 quanto do trabalho remoto que, embora capitaneado pela Pró-Reitoria de
159 Ensino, envolveu estudantes e servidores. Nayara informou que o *feedback* a
160 respeito do trabalho remoto foi dado por mais de quatro mil e duzentos servidores
161 que responderam à pesquisa. Como um bom instrumento de gestão, as pesquisas
162 serviram de retorno para subsidiar as ações durante o período. Discursou sobre a
163 elaboração do Módulo Ensino Remoto, relatórios que o sistema acadêmico emite
164 para acompanhamento de todo o ensino remoto na Instituição. Informou que o
165 módulo é uma parceria da Proen e Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, que,
166 para facilitar o preenchimento das informações pelos professores, foi disponibilizado
167 um tutorial. Os relatórios desse módulo apresentam informações acerca das
168 disciplinas, dos estudantes e dos professores; para aqueles estudantes que precisam
169 de atendimento específico, por exemplo, basta o professor preencher a informação
170 para que ela, instantaneamente, chegue à Pró-Reitoria através de relatórios
171 emitidos por unidade. Frisou que a ação também recebia o selo de ação
172 inovadora. Nayara lembrou que o resultado do relatório do primeiro semestre já
173 havia sido objeto de apresentação da Pró-Reitoria de Ensino no Conselho, e que os
174 professores ainda estava preenchendo as informações do segundo semestre, pois o
175 ano letivo continuava em algumas unidades, mas apresentou alguns dados como
176 o número de disciplinas (3.098), o número de respostas (515) de quantitativo de
177 disciplinas para a pergunta: qual o ambiente virtual adotado para a realização das
178 atividades remotas? 73,98% adotaram o Google Sala de Aula, 25,63% utilizaram o
179 Moodle, e menos de 1% informou que não utilizou nenhum ambiente
180 virtual. Quanto ao lançamento das aulas no Ambiente Virtual de Aprendizagem –
181 AVA no período, Nayara informou que 93,79% dos professores lançaram
182 integralmente, 1,75% não lançaram, e 4,47% lançaram parcialmente. Quanto
183 à entrega de material impresso aos estudante (dos que tinham respondido até a
184 data), 50,1% entregaram material impresso, e 49,9% não entregaram. Quanto ao
185 acesso dos estudantes ao AVA: 17,3% acessaram parcialmente; 51,35% acessaram o
186 ambiente virtual interagindo com o professor e a turma por meio do AVA e de outros
187 meios; 15,85% interagiram com o professor e a turma somente pelo AVA; 2,72%
188 interagiram com o professor e a turma somente por outros meios; 12,03% nunca
189 acessaram o AVA; e 0,41% nunca frequentou a disciplina presencialmente. Quanto
190 ao aproveitamento: 63,98% dos estudantes têm desenvolvido as atividades postadas
191 no AVA; 22,4% têm desenvolvido parcialmente as atividades postadas no AVA; e
192 13,62% nunca acessaram as atividades postadas no AVA. Nayara frisou que
193 era importante informar aos conselheiros que a área de ensino se reuniu por
194 diversas vezes no semestre buscando soluções para os percentuais de não acessos
195 dos estudantes, e que o quantitativo desses estudantes que nunca haviam acessado

196 a plataforma, apesar de terem tido contato com a instituição e de nunca terem
197 desenvolvido as atividades postadas, tinham até aquela data para realizarem as
198 atividades nas unidades que ainda não haviam finalizado o semestre. Nayara disse
199 que o Fórum de Ensino foi muito atuante, tendo sido um diferencial para o ensino
200 durante o período. Com encontros quinzenais ou sob demanda, produziu, com o
201 apoio das equipes das unidades, onze Planos Emergenciais de Permanência e Êxito –
202 PEPEs, que são ações específicas para o período, além de ter contribuído com a
203 elaboração de quatro portarias publicadas durante a pandemia. Ressaltou a
204 importância de esclarecer aos conselheiros que a Instituição possui normativos
205 internos frutos de discussões de anos, que o grupo, com apoio de todas as outras
206 pró-reitorias, revisou todos os fluxos, subsidiou as unidades entregando esses fluxos
207 e esclarecendo como é que o ensino aconteceria durante o ensino remoto
208 provocado pela pandemia; enfim, cuidou dos detalhes para que os colegas
209 profissionais das unidades tivessem claro o que precisava ser feito. Destacou que
210 partilha e socialização de práticas de gestão de ensino exitosas eram correntes no
211 grupo, e que os colegas sempre apresentavam o que estavam fazendo de
212 bom. Apresentou as principais ações planejadas para 2021: nova pesquisa de
213 avaliação na primeira quinzena de março, evidenciando a importância desse
214 *feedback* para a gestão; e o Acolhimento, recepção dos estudantes veteranos e
215 novatos como ação de 2021 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE. Citou a
216 participação e apoio da Pró-Reitoria de Ensino e das equipes de ensino das unidades
217 naquele semestre nessa ação de acolhimento, com o objetivo de esclarecer os
218 estudantes novatos e veteranos sobre as atividades e como estas devem ser
219 desenvolvidas, a fim de que o prejuízo dos estudantes seja o mínimo possível
220 durante o semestre letivo. Outra ação citada foi o desenvolvimento das estratégias
221 de popularização de orientações específicas pelo grupo do Fórum de Ensino, que
222 escrevia, orientava e estabelecia fluxos para facilitar o entendimento pelos
223 estudantes e servidores. Nayara informou que esses documentos não são lidos, por
224 isso, houve essa necessidade de popularizá-los e sanar muitas dúvidas com a
225 leitura. Informou que a publicação do edital de monitoria nos primeiros dias de
226 2021, a execução dos projetos de ensino aprovados em edital de 2020/2 e o
227 lançamento do edital 2021/1 também eram ações inovadoras, assim como o plano
228 de formação continuada 2021/1, elaborado pela Diretoria de Gestão Educacional em
229 parceria com outras pró-reitorias e equipes de ensino das unidades, a programação
230 para o início do semestre de atividade pedagógica e oficinas que seriam
231 desenvolvidas ao longo de todos os semestres. Falou sobre o lançamento do
232 projeto Pílulas DGE no início de fevereiro, pequenos vídeos informativos
233 disponibilizados à comunidade, cujo projeto foi dividido em duas etapas:
234 lançamento por temática e disponibilização de salas no Google Classroom, em que o
235 servidor ou cidadão interessado se inscreverá na sala e fará uma pequena atividade
236 avaliativa, com direito a certificado. Nayara frisou que as ações apresentadas eram
237 específicas e voltadas ao enfrentamento da pandemia, e que a Pró-Reitoria de
238 Ensino conduziria outra série de ações que não pararam. Citou a inauguração do
239 CREAD – Centro de Referência em Educação a Distância, assim como a inauguração
240 dos cursos da UAB – Universidade Aberta do Brasil no IFTO, e outra série de ações
241 importantes que foram acontecendo paralelamente. Apresentou um resumo dos
242 calendários das unidades, destacou, na segunda coluna da tabela apresentada, o
243 início do ano letivo 2021/1 nos *campi* Gurupi, Palmas e Porto Nacional, as três
244 unidades em que as aulas aconteceriam primeiro; na sequência, informou que as
245 aulas em todas as unidades iniciariam até no começo de março, e que a terceira
246 coluna da tabela apresentada se tratava do término do semestre. Informou o pacto
247 feito pelo Fórum de Ensino com o objetivo de que os calendários do IFTO para o ano

248 letivo 2022 fossem unificados. Para finalizar, apresentou o vídeo da aluna Iorraly
249 Rodrigues com o intuito de contagiar e encher todos de alegria com aquele sorriso,
250 para que a energia da aluna fosse também fonte de energia para todos os outros. A
251 pró-reitora de Extensão – PROEX, Gabriela, apresentou, de acordo com ela, dados
252 importantes e significativos da extensão do IFTO em uma apresentação organizada
253 por ações realizadas e resultados alcançados. Quanto às ações realizadas, citou a
254 elaboração das instruções acerca da execução dos projetos de extensão (Portarias nº
255 317, 325, e 337/2020), a captação de recursos externos (três TEDs: 9292, 9383 e
256 9661), a oferta do curso de Formação Inicial e Continuada – FIC em Mídias digitais na
257 Educação Básica em maio, a pactuação do programa Novos Caminhos, a publicação
258 dos editais de Extensão e Bolsa-Cultura, a realização de eventos científicos e
259 culturais, e a ampliação e articulação em diferentes Ministérios. Sobre os resultados,
260 Gabriela informou que, quanto à captação de recursos, no TED 9292 da SETEC
261 (PROEX/PROPI), o vulto foi de R\$ 260.861,04 (duzentos e sessenta mil oitocentos e
262 sessenta e um reais e quatro centavos), voltados para projetos de inovação e
263 extensão; no TED 9383, o vulto foi de R\$ 828.000,00 (oitocentos e vinte e oito mil
264 reais), sendo a primeira pactuação com três cursos ofertados; e no TED 9661, o vulto
265 foi de R\$ 1.815.750,00 (um milhão oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta
266 reais) e participação de quatro unidades no programa. Gabriela apresentou uma
267 tabela com os cursos e vagas (seis mil e quatrocentas) ofertadas por *campi*, no IFTO,
268 pelo Programa Novos Caminhos 2020 e a representatividade dessa pactuação.
269 Quanto à publicação de editais, informou que foram três editais: o primeiro com
270 vinte e quatro Projetos de Extensão aprovados, que contemplou quarenta e
271 oito bolsistas, trinta e um estudantes colaboradores, quarenta e um docentes e seis
272 técnicos administrativos; o segundo edital com treze projetos de Bolsas-Cultura,
273 vinte e seis bolsistas, onze estudantes colaboradores, vinte e sete docentes e três
274 técnicos administrativos contemplados; e o terceiro edital com vinte e dois projetos
275 de Fluxo Contínuo (sem auxílio financeiro) com seis estudantes colaboradores,
276 quarenta e três docentes e dezenove técnicos administrativos
277 contemplados. Quanto à ampliação e articulação em diferentes Ministérios
278 (Cidadania, Educação, Saúde e Turismo), Gabriela citou as conquistas por meio dessa
279 articulação: Projeto Alimentação Saudável, a pactuação Novos Caminhos, a parceria
280 IFTO e Distrito Sanitário Indígena – DSEI, e o curso de idiomas (inglês e espanhol)
281 para condutores e guias de turismo. Quanto à realização de eventos científicos e
282 culturais, citou os organizados e/ou apoiados: Contágio do Bem, Ifestival 2020,
283 SICTEG ON, JICE, 1ª Mostra de Talentos ARTE DA CASA, e Pequisarau e a Arte na
284 Praça (adiado pelo *Campus* Dianópolis). Quanto aos projetos de enfrentamento à
285 COVID-19, Gabriela ilustrou com algumas imagens a
286 apresentação dos projetos desenvolvidos no concurso cultural Contágio do Bem com
287 os estudantes, algumas estações de higienização, a produção de álcool sanitizante, a
288 produção de máscaras de tecido para povos indígenas do Tocantins, a produção de
289 totem de álcool em gel e a produção de sabão líquido. Gabriela explicou que os
290 exemplos citados eram de projetos não vinculados a editais, mas que foram
291 direcionados especificamente para colaborar com o enfrentamento da COVID-19.
292 Por último, apresentou um quadro geral das contribuições do IFTO à comunidade
293 tocantinense: vinte mil litros de álcool sanitizante, o concurso cultural Contágio do
294 Bem com os estudantes, trezentas máscaras face shield, quatro mil e oitocentas
295 máscaras de tecido, cem maçanetas, nove cloradores de baixo custo, dez
296 dispensadores de álcool automatizados, cento e vinte e cinco suportes de álcool em
297 gel, mil litros de sabão líquido, mil frascos de sabonete líquido, onze estações de
298 higienização e dezesseis cursos de qualificação profissional. Gabriela agradeceu a
299 todos que contribuíram e apoiaram os projetos e ajudaram no avanço da extensão e,

300 consequentemente, da Instituição. A pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e
301 Inovação, Paula Karini, iniciou sua apresentação citando as ações realizadas, como
302 a elaboração de instruções para os professores que estavam com projetos em
303 andamento e para os que viriam a realizar projetos, com o intuito de dar a eles a
304 segurança sanitária decorrente das recomendações sanitárias do tempo de
305 pandemia. Além das instruções internas, Paula informou que a Pró-Reitoria de
306 Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PROPI procurou elaborar um documento que
307 pudesse dar instruções específicas e técnicas para aqueles que fossem trabalhar
308 com projetos relacionados ao enfrentamento da pandemia. Outra ação citada,
309 também destacada e abordada anteriormente pela professora Gabriela, objeto de
310 um trabalho conjunto entre a PROPI e a PROEX, foi o Edital nº 20/2020, Fomento de
311 Projetos para Enfrentamento da COVID-19, e citou a captação de recursos externos
312 via CONIF e SETEC. Além dessas ações, que foram específicas para o enfrentamento
313 da COVID-19, Paula lembrou que outras ações que já faziam parte da missão da
314 PROPI também foram realizadas nesse período. Salientou que não deixaram de
315 realizar nenhuma ação prevista no planejamento, pelo contrário, encararam o
316 momento como oportunidade e procuraram integrar e tirar o melhor proveito para a
317 instituição e para o tempo vivenciado. Citou a publicação dos editais,
318 o funcionamento e o ajuste do programa de apoio à pesquisa e à iniciação científica,
319 a seleção dos projetos, a descentralização dos recursos e a validação das bolsas
320 pagas. Citou a realização da 11ª edição da Jornada de Iniciação Científica e Extensão
321 do IFTO – JICE dentro do segundo ID – Identidade IFTO, e outros elementos que
322 também contaram com a participação da PROPI que já foram citados pelas colegas
323 que a antecederam. Destacou dentro da JICE os setenta trabalhos aprovados que
324 foram apresentados em palestras, duas rodadas de conversas, seis oficinas também
325 alinhadas aos interesses dos participantes, um desafio de robótica e o fórum de
326 pesquisadores. Citou as ações de empreendedorismo e inovação fitando as metas
327 definidas no PDI para o ano. Em relação ao edital de enfrentamento da COVID-19,
328 Paula disse que, dos números apresentados pela professora Gabriela, grande parte
329 foi resultado dos quinze projetos que foram executados com envolvimento direto de
330 sessenta servidores e estudantes e o aporte de um recurso de R\$ 150.000,00 (cento
331 e cinquenta mil reais). Destacou a captação de recursos para a aquisição das sete
332 impressoras 3D e seus respectivos insumos, o recurso da SETEC via TED de R\$
333 58.301,00 (cinquenta e oito mil e trezentos e um reais), e a produção de três mil e
334 novecentas máscaras com material já em poder das unidades diretamente
335 envolvidas e que colaboraram no projeto (Araguatins, Colinas, Dianópolis, Porto
336 Nacional e Paraíso do Tocantins), além de quinze servidores diretamente envolvidos
337 com os estudantes. Outro resultado alcançado mencionado por Paula e que ainda
338 estava em andamento e criou expectativas de gerar patentes e propriedade
339 intelectual foi o projeto de pesquisa de Desenvolvimento de Imunossensor para
340 Diagnóstico Direto e Indireto do SARS-COV-2 (COVID-19), projeto aprovado com o
341 Conif, captados 460 mil (dinheiro já estava na conta do IFTO), inclusive já repassado
342 para o processo de aquisição dos insumos e dos equipamentos. Informou que o
343 projeto estava centralizado no *Campus* Araguaína, onde originou-se, que
344 o proponente era um servidor do *campus*, assim como os pesquisadores, e que
345 os estudantes que estavam participam do projeto eram bolsistas que estavam
346 colaborando naquele momento. Em relação às chamadas públicas, citou as
347 realizadas para o Empreendedorismo 4.0, Oficinas 4.0 e Laboratórios Makers,
348 com aprovação de três laboratórios (Araguaína, Palmas e Gurupi). Essas unidades,
349 nos seus projetos, fizeram o compromisso de apoiar suas mesorregiões, pois
350 as unidades do entorno poderiam também fazer o uso do laboratório, além dos
351 laboratórios Makers, houve a aprovação de dois projetos de empreendedorismo 4.0

nos *campis* Pedro Afonso e Araguaína. Ressaltou que, quando as chamadas internas são abertas, as unidades se habilitam, apresentam suas propostas, que são encaminhadas às chamadas públicas de nível nacional, que envolvem todos os Institutos Federais, e frisou o envolvimento direto de sessenta e seis servidores e estudantes nas chamadas. Citou também a garantia da captação de R\$ 732.223,33 (setecentos e trinta e dois mil duzentos e vinte e três reais e trinta e três centavos), recursos para custear os equipamentos desses laboratórios. Quanto ao Edital PAP, informou que ao todo foram vinte e seis projetos com o envolvimento direto de cinquenta e dois servidores e estudantes, e captação de R\$ 364.000,00 (trezentos e sessenta e quatro mil reais). Em relação ao Edital PIC, informou que foram cinquenta e quatro projetos com o envolvimento direto de cento e cinco servidores e estudantes e captação de R\$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais), e que os dois programas tiveram recursos oriundos do orçamento da pesquisa do IFTO. Para uma visão quantitativa do projeto e o que de fato representa, Paula apresentou as realizações em 2019, o que efetivamente foi realizado em 2020, e as metas para 2020 estabelecidas no PDI: cinquenta e quatro projetos de fluxo contínuo (proposta feita pelo servidor voluntariamente, sem ter, necessariamente, financiamento específico, mas apoio em relação a sua carga horária, estrutura da instituição utilizada e cooperação), o que não é um edital que concorre a um financiamento específico de edital próprio do programa; cento e dezesseis projetos de pesquisa com financiamento, dos quais Paula informou que foram cinquenta e seis bolsas de iniciação científica e mais cinquenta e seis bolsas para o Edital COVID-19, com o total de trezentos e quarenta e oito servidores e estudantes envolvidos nesse processo com aporte total de R\$ 1.171.500,00 (um milhão cento e setenta e um mil e quinhentos reais) para execução de todos esses projetos – R\$ 521.000,00 (quinhentos e vinte e um mil) para RP. Ressaltou a superação das metas de 2020 tanto em relação a projeto de pesquisa quanto a bolsas. Em relação às ações de empreendedorismo e inovação, Paula informou que foram realizadas ao longo do ano sessenta ações de fomento à cultura empreendedora, cinco projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PDI em parceria com outras instituições, e a implantação no Instituto Federal de nove ambientes promotores de empreendedorismo e inovação (Laboratório Maker, Empresas Juniores, Escritório Modelo), e finalizou destacando que a meta para 2020 foi expressivamente superada com a satisfação da conquista de cinco patentes de propriedade intelectual. A pró-reitora de Assuntos Estudantis, Marilene, agradeceu, em nome da de toda sua equipe e das equipes das unidades, a oportunidade de compartilhar com o Conselho o trabalho realizado pela PROAE, afirmando que a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE sempre trabalhou com o apoio das equipes das unidades. Marilene informou que sua apresentação iria se ater ao contexto da pandemia, mas que inúmeras outras atividades fora do contexto que já haviam sido planejadas foram realizadas. Marilene explicou que o relatório apresentado versava sobre algumas atividades desenvolvidas em 2020 e algumas planejadas para 2021. Iniciou destacando a continuidade do pagamento do benefício da assistência estudantil, em que foram mais de três mil estudantes em situação de vulnerabilidade que tiveram garantidos os benefícios. Apesar da surpresa da pandemia, informou que conseguiram agir rapidamente amparados pela Portaria nº 337, considerada por ela muito coerente e contundente, possibilitando a assistência dos estudantes, inclusive no mês de junho de 2020, quando houve a suspensão dos calendários e os estudantes tinham medo da interrupção desse benefício, e a PROAE buscou apoio e força da Procuradoria e conseguiram manter a continuidade do benefício no mês de junho. Citou a complexidade do Projeto Alunos Conectados com dois mil seiscentos e sessenta e um estudantes beneficiados com internet

404 através da distribuição de chips de 20GB, com validade de seis meses e acesso
405 ilimitado e irrestrito aos ambientes virtuais, não atrapalhando o consumo de dados
406 móveis do próprio estudante. Informou que a expectativa era de atender em torno
407 de mais quatro mil estudantes e que o benefício substituíra o auxílio inclusão digital,
408 que beneficiou dois mil cento e catorze estudantes. Lembrou que em agosto havia
409 informado ao Conselho que o auxílio inclusão digital era uma forma rápida de
410 atender a comunidade de estudantes em situação de vulnerabilidade, pois o
411 momento exigia rapidez de ação, e ressaltou o êxito obtido com o auxílio. Citou a
412 doação de trinta *smartphones* a estudantes de diferentes unidades, o levantamento
413 de mil e trezentos computadores para empréstimo aos estudantes em suas
414 residências e que, naquela data, cerca de cento e cinquenta estudantes já
415 estavam com os computadores em casa desenvolvendo as suas atividades
416 normalmente. Informou também que algumas unidades tinham optado pela
417 liberação dos laboratórios em sistema de rodízio, que essas eram ações
418 importantíssimas realizadas com as unidades para que os estudantes pudessem ser
419 beneficiados com o uso de computadores na realização das suas atividades remotas,
420 e ressaltou o sucesso obtido. Quanto à alimentação, destacou que, além do auxílio
421 alimentação, que é um módulo da assistência estudantil destinado aos estudantes
422 em situação de vulnerabilidade, foi realizado um trabalho com os alunos
423 vulneráveis, pois a pandemia havia atingido a comunidade de forma rápida e
424 imperdoável, e que todos estavam atentos aos meios de comunicação e pesquisas
425 que estavam apontando um aumento substancial de pessoas em situação precária, o
426 que levou ao incremento no auxílio alimentação dos mais de mil estudantes. Quanto
427 ao Projeto Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Marilene destacou a criação do
428 Projeto de Educação Alimentar e Nutricional – EAN, com quarenta e quatro
429 estudantes beneficiados através de edital com oferta de bolsas nos valores de
430 R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) e R\$ 400,00 (quatrocentos reais), que
431 estenderá até 2021. Marilene disse que o Programa de Reeducação Alimentar e
432 Nutricional tinha o objetivo de apoiar a comunidade estudantil e a comunidade
433 interna do IFTO sobre questões relacionadas à saúde e também à pandemia, ou seja,
434 tinha o interesse de trabalhar questões relacionadas ao isolamento e a distúrbios
435 alimentares ocasionados pelo processo de isolamento social. Informou que os
436 quarenta e quatro bolsistas faziam várias atividades, como a elaboração de *cards*,
437 execução de projetos relacionados às mídias e redes sociais, tentando levar essas
438 informações às pessoas como forma de alerta para que tomassem os devidos
439 cuidados, evitando que o sistema de isolamento danificasse a maneira de se
440 alimentar; frisou a preocupação da gestão não só com alimentação, mas como esta
441 estava acontecendo, visto que a forma afetava diretamente o desenvolvimento
442 psicológico e a aprendizagem por ser uma relação direta. Ressaltou que o projeto
443 estava em andamento e que o PNAE vinha sendo promovido através das unidades
444 diariamente por meio da entrega de alimentos para os estudantes. Lembrou que o
445 momento exigia reinvenção do programa e que, por isso, assumiram uma postura
446 mais criteriosa do que já era com todas as normativas da OMS e também
447 obedecendo à discricionariedade de cada unidade e à forma de trabalhar pois,
448 embora tivessem as comissões locais de PNAE dentro das unidades, cada unidade
449 tinha sua forma diferente de trabalhar e, por isso, o cuidado em torno dessa
450 questão na condução dessa proposta de que os kits fossem montados e entregues
451 aos estudantes, com entregas mensais ou quinzenais de acordo com cada
452 unidade, destacando que o importante era que mais de cinco mil estudantes da
453 Educação Básica estavam sendo contemplados. Quanto ao atendimento psicológico
454 virtual, Marilene frisou a demanda do atendimento no período, a necessidade das
455 pessoas em ter apoio psicológico e a condução mais humanizada para dar conta

456 dos seus processos. Informou a criação na PROAE de um *call center* para fazer e
457 receber ligações dos estudantes ou de familiares, com todos os profissionais da
458 psicologia da PROAE e dos *campi* disponíveis para atender a todos os estudantes que
459 procuraram e precisaram de um atendimento. Ainda no campo da psicologia,
460 Marilene citou a elaboração do *e-book* Fique Bem, um guia de cuidados para acesso
461 nos momentos em que não fosse possível ligar para conversar com alguém; neste
462 caso, pelo menos leria respeito das questões sobre insônia, ansiedade e outros
463 transtornos que acometeram tanta gente no momento tão singular vivenciado.
464 Informou a realização de várias ações, entre elas, os vídeos de saúde mental dentro
465 do campo da psicologia, uma parceria entre PROAE e unidades, minimizando o
466 impacto emocional causado pela situação da pandemia. Quanto à inclusão, destacou
467 o quanto incluir as pessoas em tempos de pandemia era um trabalho humanizado e
468 singular devido à percepção errônea de que no isolamento não se pode incluir. Citou
469 a realização do primeiro Webnário Setembro Azul: Educação, Cultura e
470 Protagonismo, elaborado para atender aos quase quinhentos estudantes
471 deficientes. Foram enviadas às unidades orientações sobre atendimento e feitas
472 várias formações em diferentes unidades a respeito das especificidades dos
473 estudantes deficientes, orientando o atendimento a esse público, que é bastante
474 singular devido à atenção especial em obediência às suas especificidades. Como
475 resultado dessa ação, Marilene informou que mais de 80% (oitenta por cento) desse
476 público acessavam as atividades remotas, acompanhamento feito pela Coordenação
477 de Inclusão e Diversidade em parceria com a Diretoria de Articulação. Informou a
478 realização do IFTO4Change, desafio que envolveu diferentes temas relacionados à
479 COVID-19, e o atendimento aos vinte e três estudantes surdos, com todas as
480 solicitações feitas para tradução e interpretação em Libras nos eventos virtuais do
481 IFTO. Quanto às perspectivas para 2021, Marilene citou o acolhimento virtual no
482 contexto da academia para recepcionar os estudantes em todas as unidades, a
483 garantia da manutenção do pagamento dos auxílios e das bolsas PNAES, o
484 fortalecimento dos atendimentos especializados das equipes de Assistência
485 Estudantil em ambiente virtual, a continuidade do Projeto Alunos Conectados, a
486 ampliação no atendimento dos estudantes que precisam de empréstimos de
487 computadores, a manutenção da distribuição dos kits de alimentos do PNAES, a
488 continuidade do acréscimo do auxílio-alimentação e a continuidade dos
489 atendimentos psicológicos virtuais. A conselheira Érika Rebeca agradeceu a todos os
490 servidores envolvidos "na magia" que aconteceu durante o difícil momento de
491 pandemia vivenciado, ressaltou que, apesar do início conturbado e dos desafios
492 enfrentados, os avanços obtidos ao longo do ano foram consideráveis e relevantes.
493 O conselheiro Jonierson agradeceu e parabenizou, em nome da equipe do *Campus*
494 Araguaína, as pró-reitorias pelo empenho e êxito com que enfrentaram todos os
495 desafios do período e a atenção de todos naquele momento tão delicado e
496 complicado. Fez um agradecimento especial em nome da equipe às pró-reitorias e
497 os envolvidos da SETEC, pela atenção de todos na elaboração dos editais. Lembrou a
498 diferença do formato dos editais anteriores e destacou os cuidados das pró-reitorias,
499 inclusive oferecendo momentos *on-line* com pessoas experientes na área de
500 empreendedorismo e inovação, que fez total diferença no desenvolvimento do
501 trabalho da equipe. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido
502 aprovado por unanimidade. A conselheira Nayara informou ao presidente que a
503 pauta fora elaborada com os calendários em sequência por *campus*, para que, se
504 fosse de interesse do Conselho, a votação poderia acontecer em bloco. O
505 conselheiro Klaus considerou que os calendários dos *campi* Araguaína, Gurupi e
506 Araguatins não deixaram dúvidas nas suas disposições, porém, questionou que
507 alguns calendários não continham determinadas informações como as do mês de

janeiro e não mencionavam as férias dos docentes; informou que havia selecionado o *Campus* Palmas para uma amostragem no SIGEPE e que, no sistema, as férias estavam lançadas corretamente. Nayara informou que as observações de Klaus precisavam constar nos calendários, que havia tomado nota das observações e se comprometeu a repassar às diretorias e aos *campi* para que fossem incluídas. O presidente fez uma proposição adicional para resguardo, solicitando que nenhum período de férias dos docentes fosse marcado para o período de recesso de Natal e Ano Novo. O diretor de Ensino Básico e Técnico – DIREBT, Stefan de Oliveira Rosa, explicou que os calendários analisados pela Diretoria contemplavam as informações mencionadas por Klaus, no entanto, instruiu que o habitual era que os quarenta e cinco dias de férias dos docentes fossem marcados em alinhamento com o ano civil, porém, a regulamentação a respeito possibilita que esse quantitativo de dias seja postergado para marcação em até dois anos, podendo estar alinhado com o ano de referência ou o seguinte, podendo não ocorrer marcação dos quarenta e cinco dias em alinhamento com o ano civil, devendo constar no ano seguinte. Destacou que, em se tratando dos calendários analisados pela DIREBT, essa situação havia ocorrido apenas com um calendário que foi devolvido ao *campus* para a devida justificativa. Frisou que a situação era aceitável desde que os dias faltantes fossem marcados para o ano posterior. Na sequência, sem manifestações contrárias, procedeu-se à deliberação em bloco dos pontos cinco ao dezenove, a saber: deliberação acerca da aprovação do(s) calendário(s) escolar(es)/acadêmico(s) do ano 2021 dos cursos técnicos de nível médio do *Campus* Araguaína, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23237.014845/2020-66; deliberação acerca da aprovação do(s) calendário(s) escolar(es)/acadêmico(s) do ano 2021 dos cursos de graduação do *Campus* Araguaína, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23237.015098/2020-83; deliberação acerca da aprovação do calendário acadêmico 2021 dos cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertados pelo *Campus* Araguatins, do Instituto Federal do Tocantins, conforme Processo nº 23233.020262/2020-12; deliberação acerca da aprovação do(s) calendário(s) escolar(es)/acadêmico(s) do ano 2021 dos cursos de graduação e dos cursos técnicos de nível médio do *Campus* Araguatins, do Instituto Federal do Tocantins, conforme Processo nº 23233.018155/2020-16; deliberação acerca da aprovação do(s) calendário(s) escolar(es)/acadêmico(s) do ano 2021 dos cursos de graduação do *Campus* Dianópolis, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23481.023576/2020-37; deliberação acerca da aprovação do calendário escolar/acadêmico 2021 do curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão e Tecnologia da Produção Agropecuária – GTPA, ofertado pelo *Campus* Dianópolis, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23481.006571/2019-14; deliberação acerca da aprovação do(s) calendário(s) escolar(es)/acadêmico(s) do ano 2021 dos cursos técnicos de nível médio do *Campus* Palmas, do Instituto Federal do Tocantins, conforme Processo nº 23236.016889/2020-31; deliberação acerca da aprovação do(s) calendário(s) escolar(es)/acadêmico(s) do ano 2021 dos cursos de graduação do *Campus* Palmas, do Instituto Federal do Tocantins, conforme Processo nº 23236.023965/2020-64; deliberação acerca da aprovação do(s) calendário(s) escolar(es)/acadêmico(s) do ano 2021 dos cursos técnicos de nível médio do *Campus* Porto Nacional, do Instituto Federal do Tocantins, conforme Processo nº 23337.017672/2020-18; deliberação acerca da aprovação do(s) calendário(s) escolar(es)/acadêmico(s) do ano 2021 dos cursos de graduação do *Campus* Porto Nacional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23337.017674/2020-07; deliberação acerca da aprovação do

calendário escolar 2021 dos cursos técnicos de nível médio do *Campus* Paraíso do Tocantins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23234.020464/2020-46; deliberação acerca da aprovação do(s) calendário(s) escolar(es)/acadêmico(s) do ano 2021 dos cursos de graduação do *Campus* Paraíso do Tocantins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23234.019203/2020-83; deliberação acerca da aprovação dos calendários acadêmicos dos cursos de graduação 2021/1 (incluindo o de Produção de Grãos) e 2021/2 do *Campus* Gurupi, do Instituto Federal do Tocantins, conforme Processo nº 23338.014721/2020-42; deliberação acerca da aprovação do(s) calendário(s) escolar(es)/acadêmico(s) do ano 2021 (2021/1 e 2021/2) dos cursos de graduação do *Campus* Avançado Lagoa da Confusão, do Instituto Federal do Tocantins, conforme Processo nº 23235.015426/2020-61; deliberação acerca do(s) calendário(s) escolar(es)/acadêmico(s) do ano 2021 dos cursos de graduação do *Campus* Avançado Pedro Afonso, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23235.015391/2020-61. Os pontos foram submetidos à votação, tendo sido aprovados por quinze votos favoráveis e duas abstenções. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto vinte, a saber: deliberação acerca da aprovação do projeto pedagógico do curso de bacharelado em Medicina Veterinária do *Campus* Araguatins, do Instituto Federal do Tocantins, conforme Processo nº 23233.026458/2019-79. O conselheiro Stânio destacou a importância do curso para o *Campus* Araguatins, disse que era um anseio há vinte anos da comunidade, que traria grande impacto social e econômico para a região e uma ótima visibilidade aos Institutos Federais. Ressaltou o empenho da comissão que formalizou o Projeto Pedagógico do Curso – PPC, com o encaminhamento do diretor-geral do *campus*, Josafá Carvalho Aguiar. Citou que, além de qualidade de vida, a oferta do curso democratizaria a educação pública na região, próxima de duas grandes cidades – Imperatriz e Marabá –, e afirmou que, sem dúvida alguma, o curso de Medicina Veterinária traria um grande ganho para a comunidade, e que o encaminhamento de pauta era positivo pois compreendia um arranjo da qualidade da região de Araguatins. O conselheiro Thiago complementou a fala de Stânio informando que a região do Bico do Papagaio (Araguaína e algumas outras), no último ano, com a criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins e o curso na Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS nas cidades de Augustinópolis e Araguatins demonstravam a tendência educacional no norte do estado. Disse ainda que o *Campus* Araguatins, seguindo esta linha através da criação e implantação do Projeto Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária, também demonstrava o caráter social e educacional de ampliação de possibilidades no Bico do Papagaio. Reafirmou a importância do curso para a região com a ênfase de torná-la uma região educacional. O conselheiro Klaus também destacou a importância e grande relevância da implantação do curso de Medicina Veterinária no *Campus* Araguatins que, historicamente, de acordo com Klaus, foi e continuava sendo um elemento de grande desenvolvimento social na região do Bico do Papagaio, impactando tanto o Tocantins quanto o Maranhão e o Pará (apesar de um pouco distante da região de Marabá, Bico do Papagaio), também sofria grandes influências do *Campus* Araguatins e que este impacto se estendia até o Sul do Pará. Disse que o curso de Medicina Veterinária é o acúmulo de um trabalho historicamente demandado pelo *campus*, e que vinha para brindá-lo. Pediu sensibilidade especial aos colegas na deliberação e parabenizou a comunidade do *Campus* Araguatins, a equipe gestora, e sobretudo o diretor do *campus*, Josafá, pelo encaminhamento de um curso de tamanha expressão para a região, considerando os aspectos e as vocações econômicas dessa região. Após apresentação,

o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por quinze votos favoráveis e duas abstenções. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto vinte e um, a saber: deliberação acerca da aprovação da alteração do projeto pedagógico do curso Técnico em Informática, integrado ao ensino médio, a ser ofertado na modalidade presencial, a partir de 2021/1, pelo *Campus* Araguaína, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23237.022354/2020-99. O conselheiro Luís Felipe fez algumas observações sobre as alterações dos PPCs baseado nas demandas que chegaram até ele. Disse que a comunidade estudantil considerou a reformulação dos PPCs muito rápida, mesmo justificada pelo cronograma do edital. Ressaltou a falta de comunicação com a comunidade, e que, por isso, solicitou uma reunião com o presidente da Comissão do *Campus* Araguaína; no entanto, a reunião foi negada. Questionou o papel da sua comunidade no momento de alteração de documentos de tal importância. Parabenizou a comissão do PPC do curso de Informática pela reformulação. Pediu que a falta de comunicação na construção (reformulação) dos documentos fosse destacada em ata. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto vinte e dois, a saber: deliberação acerca da alteração do projeto pedagógico do curso Técnico em Enfermagem, subsequente ao ensino médio, a ser ofertado na modalidade presencial, a partir de 2021/1, pelo *Campus* Araguaína, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23237.007839/2020-52. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto vinte e três, a saber: deliberação acerca da aprovação da alteração do projeto pedagógico do curso Técnico em Biotecnologia, integrado ao ensino médio, a ser ofertado na modalidade presencial, a partir de 2021/1, pelo *Campus* Araguaína, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23237.021818/2020-40. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto vinte e quatro, a saber: deliberação acerca da aprovação da alteração do projeto pedagógico do curso Técnico em Análises Clínicas, subsequente ao ensino médio, a ser ofertado na modalidade presencial, a partir de 2021/1, pelo *Campus* Araguaína, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23237.021778/2020-36. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto vinte e cinco, a saber: deliberação acerca das alterações do projeto pedagógico do curso Técnico em Agropecuária, na forma de oferta subsequente ao ensino médio, modalidade presencial, ofertado pelo *Campus* Avançado Pedro Afonso, do Instituto Federal do Tocantins, conforme Processo nº 23235.003779/2017-13. A conselheira Benemara fez algumas observações quanto à atualidade do PPC, pois havia notado no processo que as alterações no documento estavam acontecendo desde 2017. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto vinte e seis, a saber: deliberação acerca da aprovação da alteração do projeto pedagógico do curso Técnico em Edificações, integrado ao ensino médio, a ser ofertado na modalidade presencial, a partir de 2021/1, pelo *Campus* Gurupi, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23338.023767/2020-52. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto vinte e sete, a saber: deliberação acerca da aprovação da alteração do projeto pedagógico do curso

664 Técnico em Administração, integrado ao ensino médio, a ser ofertado na modalidade
665 presencial, a partir de 2021/1, pelo *Campus* Gurupi, do Instituto Federal de
666 Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo
667 nº 23338.008127/2020-12. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação,
668 tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do
669 ponto vinte e oito, a saber: deliberação acerca da alteração da Instrução Normativa
670 nº 5/2019/REI/IFTO, de 12 de novembro de 2019, que estabelece os critérios e
671 procedimentos para pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
672 no âmbito do Instituto Federal do Tocantins, conforme Processo
673 nº 23235.013197/2019-15. O conselheiro Lucas parabenizou a comissão que
674 formalizou o documento que oportuniza aos servidores participar de comissões de
675 cursos, concursos ou vestibular. Apresentou algumas dúvidas em relação ao
676 documento, tais como a do capítulo 2, artigo 5, que diz que servidores afastados
677 das atribuições do cargo em decorrência de afastamentos e licenças legalmente
678 instituídos ou em gozo de férias, recesso, folgas devido a trabalho prestado à Justiça
679 Eleitoral não poderão realizar atividades em eventos, Lucas questionou a Diretora de
680 Gestão de Pessoas, Juliana Queiroz, se, em caso de férias, o servidor poderia utilizar
681 esse período de férias para trabalhar em concurso e ser remunerado por isso. Outra
682 dúvida se deu no artigo 14 comparando-o com a normativa anterior que tratava da
683 pontuação (comissão temporária, um ponto por portaria; e comissão permanente,
684 dois pontos). Quanto à comissão temporária, Lucas disse que tinha uma data
685 normalmente de início e fim, no entanto, o servidor permanece alguns anos na
686 comissão permanente, nesse sentido, questionou em relação à pontuação, se ela se
687 daria realmente por portaria ou, no caso principalmente da permanente em que há
688 assuntos mais complexos, existia a possibilidade de se dar por outro tipo de
689 pontuação, ou contar por ano. Juliana aproveitou a oportunidade para desejar um
690 bom retorno de atividades com a primeira reunião do Conselho Superior de 2021.
691 Acerca das dúvidas do conselheiro Lucas, Juliana explicou que, quanto à orientação,
692 a questão das férias e licenças havia sido recomendação da Controladoria-Geral da
693 União – CGU, pois o servidor em gozo de férias ou de licença não estaria, naquele
694 momento, realizando atribuições, e que o servidor realizando alguma atividade,
695 mesmo que fosse voluntária nesse período, estaria corrompendo o instituto de
696 férias no sentido do descanso do servidor e sua preservação naquele período do ano
697 para descanso, e que foi nesse sentido que foi dada a recomendação e colocada no
698 documento para que ficasse consoante. Quanto às portarias, Juliana informou que
699 o modelo desenhado realmente foi por portaria e, por isso, não havia sido colocado
700 tempo de situação pois, com o tempo de participação, o processo ficaria um pouco
701 mais complexo, o que demandaria mais tempo e poderia prejudicar também a
702 eficiência do processo como um todo. Explicou que, ao diferenciar as portarias
703 temporárias das permanentes, a intenção era realmente reconhecer que algumas
704 comissões são mais complexas demandando maior número de servidor. Citou que as
705 condições consideradas permanentes eram as reconhecidas tanto no Regimento
706 Geral do IFTO como nos regimentos das unidades, para evitar interpretações
707 divergentes no momento da seleção. Afirmou que a pontuação era dois por portaria,
708 independentemente da duração da participação naquela comissão permanente, e
709 informou que, para os membros da comissão permanente, o documento que
710 comprovava a participação do servidor também assegurava os dois pontos; já nas
711 comissões temporárias, todas as outras portarias de designação em eventos e
712 reformulação de documentos valeriam um ponto. Disse que, além do critério de
713 pontuação, seria considerado, quando da participação do servidor para priorizar a
714 alternância, outra orientação da CGU: aqueles servidores que nunca participaram ou
715 participaram há mais de dois anos teriam vantagem para facilitar que o servidor

716 fosse contemplado, priorizando a questão da alternância. Frisou que a comissão
717 buscou fazer um modelo que fosse realmente exequível, e que utilizariam a mesma
718 sistemática nas próximas comissões de concurso e vestibular, e que se porventura
719 percebessem que não deu certo, fariam os ajustes necessários até chegarem a um
720 modelo adotado que realmente fosse vantajoso. Juliana aproveitou a oportunidade
721 de reformulação do documento e solicitou a autorização de pequenas alterações na
722 redação do texto que não dizem respeito aos aspectos legais dos documentos, mas
723 apenas para facilitar a tramitação processual pelos setores de gestão de pessoas,
724 assim como pelas comissões que fazem as instruções processuais. Citou as
725 alterações, a saber: aos processos de GECC das comissões avaliadoras de memorial
726 descritivo para promoção à classe de professor titular e também das comissões
727 responsáveis por parecer em processos de RSC, informou que toda a redação foi
728 direcionada para o pagamento da comissão, mas que estavam percebendo que
729 alguns avaliadores entregavam a documentação em tempo hábil, mas esperavam
730 meses a entrega de outros colegas, então, para que o pagamento pudesse ser feito
731 de forma individualizada, trocava onde está "comissão" por "servidor"; outra
732 alteração dizia respeito à justificativa do prazo para apresentação do processo de
733 noventa dias no intuito de flexibilizar. Justificou que as alterações eram sutis e
734 ressaltou o pedido de autorização para realizá-las. Klaus disse compreender a
735 solicitação mas destacou que as normas de cunho processual são tão importantes
736 quanto as normas de cunho material, e que a forma pela qual se exerce um direito é
737 fundamental para a execução desse direito, mas de qualquer forma disse que havia
738 compreendido a urgência e o contexto da solicitação, no entanto, solicitou a Juliana
739 que, caso o Conselho autorizasse as alterações, que ficasse consignado o envio
740 dessas cláusulas efetivadas aos conselheiros para ciência. O presidente afirmou que
741 a versão final seria encaminhada ao Conselho. Após apresentação,
742 o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por treze votos favoráveis e
743 três abstenções. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto vinte e nove, a
744 saber: deliberação acerca da aprovação do Regulamento do Programa de Gestão do
745 Teletrabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,
746 conforme Processo nº 23235.017052/2020-19. Após apresentação,
747 o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por quinze votos favoráveis e
748 uma abstenção. Antonio fez a ressalva de que, após aprovação do Regulamento
749 pelo Conselho, só entraria em vigência após a publicação da portaria de autorização
750 pelo ministro da Educação. Josuan, apesar do ponto já aprovado, solicitou
751 que Juliana sanasse algumas dúvidas sobre o ponto vinte e oito, que tratava
752 da Instrução Normativa nº 5/2019/REI/IFTO, de 12 de novembro de 2019,
753 especificamente sobre o parágrafo 4º do artigo 14, sobre a previsão de que o
754 trabalho remoto (teletrabalho) pudesse ser aplicado a servidores que se
755 enquadrassem no caso de remoção e acompanhamento de cônjuge, entre
756 outro exemplos; no entanto, Josuan destacou que o artigo 25, inciso 5, traz a
757 possibilidade de revogação desse instituto para que os servidores que podem
758 ser desligados pelo chefe da unidade em virtude de exercício, é motivo de
759 desligamento do servidor que se enquadre em remoção, porém aqueles que
760 atendem os pré-requisitos desta remoção podem fazer a utilização do programa, o
761 que contradiz o inciso 5 comparado ao artigo 17, pedindo esclarecimento à Juliana.
762 Juliana explicou que o primeiro ponto colocado por Josuan se remetia a exercício
763 provisório, acompanhamento de cônjuge e remoção por motivo de saúde, e que a
764 nova instrução do Ministério da Economia trazia o teletrabalho como uma
765 alternativa; neste caso, o servidor que se encaixasse nos requisitos, por exemplo,
766 para uma remoção por motivo de saúde, que é uma modalidade de
767 remoção independente do interesse da Administração, assim como o

acompanhamento de cônjuge ou exercício provisório, a Administração poderá utilizar o teletrabalho como alternativa; então, em vez de o servidor, por exemplo, ser movimentado para outra instituição em exercício provisório, ele poderá adotar o teletrabalho em 100% (cem por cento) da jornada como uma alternativa dada. Quanto à mudança de lotação, mesmo interna, os procedimentos de remoção são via banco de manifestação de interesse, e exemplificou dizendo que o servidor poderá ser removido e não ficar lotado no mesmo setor que estava, inclusive com outro plano de atividade, outra chefia; destacou que seria nessa remoção que o tópico se referia, remoções independentemente do interesse da Administração. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto trinta, a saber: deliberação acerca da aprovação da proposta do Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2021 – PAINT 2021, conforme Processo nº 23235.016289/2020-82. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. O conselheiro Stânio fez algumas observações a respeito das intervenções de alguns colegas, como Luís Felipe, que falou a respeito da questão da falta de comunicação na construção dos PPCs e também de outras pessoas que se manifestaram a respeito desse encaminhamento. Stânio falou sobre essas manifestações novamente na tentativa de contribuir de alguma forma com a questão. Disse que a manifestação do Luís era pertinente tendo em vista a necessidade de mais informações que deveriam ser fornecidas pelos representantes das comissões dos *campi* sobre o andamento e a construção dos documentos, sanando assim as dúvidas geradas após aprovação pelo Conselho. Disse partir do princípio que todo encaminhamento é salutar para esse tipo de construção, logicamente buscando sempre o melhor para instituição. Sugeriu que nos próximos encontros o presidente da comissão se fizesse presente para poder elucidar as possíveis dúvidas em relação às questões de arranjo produtivo, social e econômico que se adéquam à estrutura da instituição. O presidente agradeceu Stânio pelas considerações e se comprometeu a reiterar o pedido. O conselheiro Francisco de Assis agradeceu todos os conselheiros pela aprovação do PPC de Medicina Veterinária do *Campus* Araguatins, em especial aos professores Stânio, Thiago e Klaus pelas palavras de apoio ao *campus*, e parabenizou o professor Josafá e toda a equipe que elaborou o documento. O presidente também parabenizou todos os envolvidos pela conquista de mais um passo em direção à abertura do curso de Medicina Veterinária e disse que, apesar das etapas terem sido cumpridas, tinha a certeza de que a comunidade envolvida nesse esforço e nesse objetivo superaria todos os desafios, tendo em breve a oferta de mais um serviço de extrema qualidade e importância para comunidade. Retornou ao ponto dois, que se tratava dos informes à comunidade, fornecendo informações em relação ao fechamento de algumas atividades desenvolvidas na Instituição. Informou que, naquele final de ano, a Instituição havia recebido um aporte adicional de orçamento, lembrou que, na apresentação da Pró-Reitoria de Extensão, a professora Gabriela fez menção aos vinte mil litros de álcool sanitizante produzidos pelo IFTO e distribuídos a vários municípios do nosso estado, e que, através de um recurso adicional, descentralizado, conseguido através da mediação com a SETEC e apoio de alguns parlamentares no final do ano, o IFTO produziria um montante de cem mil litros de álcool para nova distribuição aos municípios, mais uma ação do IFTO no reforço ao enfrentamento da pandemia. Agradeceu ao professor Luiz Bener, coordenador da ação, e a todos os demais servidores e estudantes que estavam apoiando o trabalho. Lembrou o recebimento do conjunto significativo de emendas parlamentares no ano passado e agradeceu publicamente aos deputados federais Vicentinho Júnior, Dorinha Seabra, Célio Moura e ao senador Eduardo Gomes pelo apoio constante ao IFTO. Destacou a finalização do auditório do *Campus*

820 Porto Nacional, a aquisição dos equipamentos para construção do refeitório do
821 *Campus* Palmas, a construção e finalização do refeitório no *Campus* Dianópolis, a
822 aquisição de equipamento de laboratório para os *campi* Araguatins e Colinas do
823 Tocantins, a construção e ampliação das salas de aula dos *campi* avançados Pedro
824 Afonso e Formoso do Araguaia, a ampliação da estrutura física do *Campus* Avançado
825 Lagoa da Confusão, e a aquisição de equipamentos de informática que beneficiaram
826 todas as unidades do IFTO com o apoio e os recursos oriundos desses
827 parlamentares. Ressaltou a importância da gratidão e o fortalecimento dessas
828 parcerias. Ainda sobre o orçamento descentralizado, Antonio destacou o avanço na
829 instalação das usinas fotovoltaicas nos *campi* Porto nacional e Dianópolis, que
830 beneficiarão não somente essas comunidades mas também todo o IFTO.
831 Ressaltou que, com a implantação dessas usinas, o IFTO se consolidará cada vez mais
832 como gerador de energia limpa, buscando autonomia na geração de energia.
833 Lembrou que o IFTO já tem uma usina fotovoltaica no *Campus* Araguatins, e agora
834 uma no *Campus* Dianópolis e outra no *Campus* Porto Nacional, e que a perspectiva
835 era avançar na implantação das unidades de produção de energia fotovoltaica em
836 todos os sentidos através de um recurso também descentralizado obtido em
837 articulação com a SETEC. Em relação ao orçamento 2021, destacou aos conselheiros
838 e a toda a comunidade que o orçamento do governo federal ainda não havia sido
839 aprovado no Congresso, e que enquanto isso não ocorresse não se teria
840 a informação exata de qual seria o orçamento do IFTO para o ano 2021, o que
841 trazia um cenário de incerteza para o início do ano, ainda mais com a
842 continuidade da pandemia e, conseqüentemente, a necessidade de cautela na
843 tomada de decisões institucionais naquele primeiro momento. Reforçou a busca por
844 todos os meios possíveis para assegurar a todos os auxílios e benefícios ofertados às
845 unidades no ano de 2020, que eram necessários para manter os serviços
846 institucionais também no ano de 2021. Informou o início das atividades na unidade
847 de Buritirana, área cedida através de uma parceria com a Embrapa. As atividades
848 iniciaram no final de 2020, no mês de dezembro, já com plantio de uma área para
849 produção de milho e soja que serão destinados à produção de ração para os animais
850 em algumas das unidades do IFTO que possuem característica rural. Agradeceu à
851 equipe do *Campus* Avançado Lagoa da Confusão, em especial ao professor Jardel,
852 por conduzirem e auxiliarem no trabalho, mesmo neste momento de escassez
853 orçamentária. Destacou a importância da busca pela Instituição de mecanismos e
854 parcerias para se tornar autossustentável na utilização dessa área. Reforçou que,
855 além de possibilitar ações de pesquisa e extensão, também possibilitaria ao IFTO a
856 produção de parte dos insumos que são necessários para a manutenção dos seus
857 serviços. Informou o avanço através de uma ação no final de 2020, no início do mês
858 de dezembro, da análise para contratação de um serviço de refeição para todas as
859 unidades do IFTO com o intuito de melhorar a qualidade do serviço de refeitório e o
860 nível de segurança alimentar para os estudantes, além da melhora na higiene, em
861 especial no momento de enfrentamento à COVID-19, com expectativa de oferecer
862 esse serviço a todas as unidades do IFTO com o mesmo custo, qualidade e
863 diversificação do cardápio e atendendo à solicitação do DCE sem gerar maior custo
864 aos estudantes no retorno das atividades presenciais. Informou que, no dia anterior
865 à reunião do Comitê de Risco, o Comitê estava extremamente preocupado com o
866 avanço da pandemia e da contaminação e realizando um trabalho importantíssimo
867 de monitoramento, oferecendo informações bastante relevantes para a tomada de
868 decisão dos gestores. Destacou que a gestão iria reforçar as ações de comunicação
869 naquele momento de dificuldade da pandemia. Não havendo mais nada a tratar, o
870 presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, e eu, Rosseane
871 Elysa Ferreira Barbosa, secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, que,

872 depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente do Conselho e
873 pelos membros deste Conselho que compareceram à reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio da Luz Júnior, Presidente**, em 10/05/2021, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, Secretária**, em 11/05/2021, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Dias Pajeu Nascimento, Conselheira**, em 11/05/2021, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Barbosa da Costa, Conselheiro**, em 12/05/2021, às 08:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pietro Lopes Rego, Conselheiro**, em 12/05/2021, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jonierison de Araujo da Cruz, Conselheiro**, em 12/05/2021, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mirian Peixoto Soares da Silva, Conselheira**, em 13/05/2021, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josuan de Carvalho da Cunha, Conselheiro**, em 13/05/2021, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Ramos Vieira, Conselheiro**, em 14/05/2021, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Soares de Sousa, Conselheiro**, em 17/05/2021, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Assis Feitoza Amaral, Conselheiro**, em 17/05/2021, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clerson Dalvani Reis, Conselheiro**, em 17/05/2021, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miquéias Alves da Rocha César, Conselheiro**, em 17/05/2021, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Jardim da Fonseca, Conselheira**, em 18/05/2021, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Eliziário de Souza, Conselheiro**, em 18/05/2021, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Boanergis Alves Ferreira Filho, Conselheiro**, em 18/05/2021, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Fernandes Mateus, Conselheiro**, em 18/05/2021, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago de Loiola Araujo e Silva, Conselheiro**, em 18/05/2021, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ruth Caetano Cardoso, Conselheira**, em 18/05/2021, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLEIBER OLIVEIRA PEREIRA, Conselheiro**, em 18/05/2021, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josevan Barbosa de Souza, Conselheiro**, em 18/05/2021, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emmanuel da Silva Bronze, Conselheiro**, em 18/05/2021, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Stanio de Sousa Vieira, Conselheiro**, em 18/05/2021, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Rebeca Pereira Oliveira, Conselheira**, em 19/05/2021, às 06:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1270311** e o código CRC **F92DBC49**.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul — CEP 77020-450 Palmas/TO — (63) 3229-2200
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.024626/2020-13

SEI nº 1270311